

Estamento Burocrático e Intencionalidade: Raymundo Faoro e Florestan Fernandes¹

Paulino Varela Tavares²

Pedro Cezar Dutra Fonseca³

Resumo

O termo “estamento burocrático”, de inspiração weberiana, foi utilizado por Raymundo Faoro em sua interpretação sobre a sociedade brasileira e geralmente é associado a patrimonialismo, privilégios extra-econômicos e, por outro lado, ao desenvolvimento das estruturas institucionais e políticas centralizadas e não racionais, com destaque especial para uma constante adaptação aos mecanismos de continuidade e permanência nas estruturas políticas de uma sociedade. Sob outro enfoque, também a caracterização de estamental para a sociedade brasileira aparece na obra de Florestan Fernandes. O artigo faz um cotejo entre as duas interpretações e enfoca a questão da intencionalidade ou racionalidade quanto a sua adoção pelo grupo dirigente, em diálogo com contribuições institucionalistas.

Palavras-chave: Instituições; Estado; Brasil.

Abstract

The term “estamento burocrático”, inspired by Weber, was used by Raymundo Faoro in his interpretation of the Brazilian economy, and it is usually linked to patrimonialism, extra-economical privileges and, on the other hand, the development of the non-rational and centralized political and institutional structures, especially in regard to a constant adaptation to the mechanisms of continuity and permanence on the political framework of a society. Under a different approach, the characterization of patrimonialism in the Brazilian society is also mentioned by Florestan Fernandes. This paper compares the two interpretations and centers on the issue of purpose or rationality regarding their adoption by the ruling class, incorporating institutionalist contributions.

Keywords: institutions; State; Brazil.

¹ Trabalho baseado nos textos e nas aulas das disciplinas de Economia Brasileira e Interpretações do Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Economia do Desenvolvimento.

² Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Economia do Desenvolvimento. paulino.tavares@ufrgs.br ; paulinotavares2007@yahoo.com

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE/UFRGS e Pesquisador do CNPq.

1. Introdução

A constante discussão sobre a formação econômica, social e política da sociedade brasileira nos remete às múltiplas e não consensuais análises e interpretações históricas. Essa recorrência à história reforça a necessidade de revisitar seus grandes intérpretes, passo fundamental para compreender o presente e imprescindível para construir os alicerces para o futuro. Ademais, remete-nos à clássica questão sobre as forças que impelem as mudanças sociais e/ou contribuem para a continuidade e para a permanência de seus marcos estruturais ao longo do tempo.

Mudança, na concepção dos institucionalistas antigos – Commons – está associada ao comportamento evolucionário das instituições⁴, ou seja, da cultura, crenças e hábitos, além das leis e regras, estas associadas às demandas da sociedade a qual, para Commons, está em constante transformação. Tendo em vista a sociedade brasileira, é imprescindível analisar as diferentes interpretações e, por outro lado, procurar nas mesmas quais suas linhas definidoras, a fim de captar o sentido que atribuem ao curso de sua história.

Caio Prado Jr., influenciado por Marx, deixa transparecer que a história segue uma linha evolutiva, ao passo que Faoro (1979)⁵, rejeitando a acepção marxista e fortemente influenciado por Weber, também recorre a argumentos históricos, mas explicitamente descarta a possibilidade de uma “marcha progressiva”: a metáfora que utiliza é de uma “viagem redonda”, na qual os problemas se repetem e se reatualizam, com marcada linha de continuidade. Em Faoro, é plausível observar que é através da incorporação na história dos interesses (políticos, econômicos e estratégicos) do Estado patrimonial da metrópole (Portugal) que se torna

⁴ O conceito da instituição pode ser expresso, em geral, por um conjunto de valores, crenças, regras, comportamentos e capacidades sociais, o qual se forma e se torna enraizado (*embedded*) e é transmitido socialmente.

⁵ Todas as demais citações de Faoro foram extraídas desta obra.

possível perceber a formação da estrutura estamental no Brasil, remontando a suas origens. Já Florestan, mesmo que em abordagem muito diferente e também com marco teórico marxista, aceita a presença de marcada influência patrimonialista e estamental na sociedade brasileira – portanto, conjugando categorias weberianas com marxistas em sua análise. Em certo sentido, resgata a importância das teses de Faoro em uma reconstituição histórica do país de fundo marxista, uma vez que outros autores com esta formação, como Nelson Werneck Sodré, haviam criticado enormemente a concepção de Faoro (e este explicitamente trata o materialismo histórico como “dogma” já nas primeiras páginas de “*Os donos do Poder*”).

Ao ilustrar a importância das instituições no curso da história, na verdade procura-se, implicitamente, delinear três pontos críticos fundamentais, que vão ser abordados a seguir. São os seguintes: a sociedade estamental só é possível em um contexto de relações feudais ou pode coexistir com a expansão da circulação do capital (e/ou do capitalismo)? Caso a sociedade estamental se configure como barreira ao capitalismo, como se poderia explicar que o Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX, desenvolveu uma economia com todas as características capitalistas? E, por fim, qual é a convergência, caso exista, entre essas duas questões anteriores?

Para se ensaiar uma resposta, mesmo preliminar, a essas questões, parte-se das interpretações de Raymundo Faoro e Florestan Fernandes (1981)⁶, nas duas obras em que estes autores analisam em profundidade a formação histórica do Brasil desde o período colonial: “*Os Donos do Poder*” e “*A Revolução Burguesa no Brasil*”. Por outro lado, tentar-se-á verificar a existência de ponto(s) de convergência entre ambas, principalmente no

⁶ Todas as demais citações de Florestan Fernandes foram extraídas desta obra.

que tange às características estamentais e patrimonialistas da sociedade brasileira.

2. Estamento Burocrático em Faoro (1979)

Faoro consagra uma interpretação do Brasil transdisciplinar - com entrosamento entre variáveis econômicas, jurídicas, políticas, culturais e sociológicas -, e alicerçada em farta documentação histórica. Nela destaca dois aspectos que, ao seu ver, são interligados às próprias raízes históricas do Brasil.

O primeiro aspecto refere-se ao estamento e ao patrimonialismo⁷. Em sua concepção, esses termos apontam para fenômenos que são complementares e se auto-reforçam ao longo da história da formação da sociedade brasileira. Quanto ao segundo aspecto, destaca-se a formação do Estado Nacional, que, segundo Faoro, está intimamente relacionada com a evolução do comportamento estamental – “os donos do poder” – em detrimento da ausência de uma legitimação formal-legal do poder político⁸.

2.1. Faoro e Sistemas de Dominação: a Influência Weberiana

Faoro (1979), influenciado pela doutrina weberiana, defende que o patrimonialismo - a realidade do Estado patrimonial – além de uma forma de exercício de poder político, é derivado de um sistema de dominação que autorreforça a consolidação e a continuidade da estrutura estamental na sociedade. Como é conhecido, a dominação social em

⁷ Em geral, o termo patrimonialismo refere-se a uma forma de exercício de dominação por uma pessoa e/ou grupo. Essa autoridade é legitimada pelos preceitos da tradição e costume, onde as características fundamentais repousam no poder individual do governante, este selecionado através de critérios pessoais. O governante exerce, de forma legal, o poder político e administrativo em determinado território e através de um quadro de funcionários.

⁸ Em resumo, a ausência de uma estrutura burocrática estável leva ao estabelecimento de um vínculo orientado à administração.

Weber pode apresentar-se segundo três tipos ideais: dominação carismática; dominação racional-legal; e, por fim, dominação tradicional.

A dominação carismática é uma forma de dominação pautada por fatores emocionais, afetivos, sobrenaturais e/ou divinos. O exercício de dominação é executado por líderes. A obediência do dominado é determinada, nesta forma institucional de dominação, por crenças (muitas vezes “arcaicas”) em características qualitativas e subjetivas desses líderes que, por outro lado, nomeiam os dirigentes para cargos administrativos de acordo com as convicções pessoais.

A dominação racional-legal se dá através de estruturas regulamentadas, com objetivos e regras claramente especificados. Nesta estrutura institucional de dominação, existem normas, regras e/ou leis comuns para todas as classes, consagrando a universalidade e a igualdade jurídica entre cidadãos. O governante é escolhido por critérios definidos e “racionais” no sentido weberiano, de onde provém sua legitimidade. Por outro lado, os agentes que exercem essa dominação legal são considerados funcionários com contratos de trabalho fixos, prestadores de serviços mediante pagamento de ordenados e, por fim, com capacidades técnicas para tomar decisões, de interesses públicos, idealmente sem juízo de valor. Trata-se de uma burocracia também racional, impessoal e adepta de critérios universais em uma tipificação ideal.

A dominação tradicional, de um modo geral, manifesta-se a partir da existência de uma crença divina e aceita pela coletividade, de ordens e poderes legitimados à pessoa e/ou grupos que exercem a dominação. Essa aceitação da coletividade é fruto de costumes que, na ausência de contestação, mantêm-se e enraízam-se ao longo do tempo. Ou seja, a dominação tradicional se auto-reforça pela própria aceitação social, o que contribui para o desenvolvimento de fundamentos que enraízam o

próprio estamento burocrático e, conseqüentemente, o fenômeno de patrimonialismo. Sendo assim, retoma-se, a seguir, mesmo que de forma breve, a relação presente em Faoro entre dominação tradicional e Estamento Burocrático.

2.2. Dominação Tradicional e Estamento Burocrático

Na dominação tradicional, quando a sociedade reconhece quem exerce a dominação e/ou poder, por um lado, pode legitimar a não obediência das normas jurídicas instituídas e, por outro lado, validar os privilégios dos que exercem o poder em nome do soberano e/ou monarca. Este, por exemplo, ao instigar o aprofundamento do culto à personalidade, baseado na tradição, costume ou crença⁹, tenta instituir e reforçar, através da persuasão, certo poder institucional quase divino. O poder do soberano e de seus funcionários é incontestável:

“... a direção dos negócios da Coroa exigia o trato da empresa econômica, definida em direção ao mar, requeria um grupo de conselheiros e executores, ao lado do rei, sob a incontestável supremacia do soberano...” (Faoro, 1979, p. 60).

A incontestável supremacia do soberano demonstra uma dimensão absoluta para tomar determinadas decisões privadas, usando todas as estruturas públicas, inclusive determinando e fazendo valer leis, não só em benefício próprio, mas também em benefício daqueles que desempenham determinadas funções em nome do soberano. Nesse contexto, é importante destacar que, de um modo geral, não existe a separação dos interesses privados¹⁰ dos soberanos em relação ao interesse

⁹ Em Commons e no Antigo Institucionalismo, as tradições, os costumes e as crenças são considerados como instituições.

¹⁰ Exemplo: Evans (1996), ao caracterizar um Estado predatório, usou um exemplo muito difundido de um Estado Estamental corrupto, onde os *rent-seekers* apropriam parte da renda gerada na economia. Zaire e Mobutu são citados como exemplos de estruturas (e agentes públicos) em que o *mainstream tem dificuldade para explicar*, embora, por vezes até seu comportamento possa ser previsto pela concepção neoutilitarista. É importante mencionar que a ação individual dos agentes

público, sendo assim, fundamental para o desenvolvimento do chamado estamento político e/ou burocrático. Portanto, Faoro (1979) destaca que, de um modo geral, o estamento político constitui uma conformidade legitimada pela coletividade, onde “os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder”. E reforça que,

“... a situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda a sociedade. Esta consideração social apura, filtra e sublima um modo ou estilo de vida; reconhece, como próprias, certas maneiras de educação e projeta prestígio sobre a pessoa que a ela pertence; não raro hereditariamente...” Faoro (1979, p.61).

Partindo da afirmação anterior, percebe-se que a situação estamental, como subtipo da dominação tradicional, abrange uma relação entre indivíduos e grupos, os quais desfrutam privilégios e honra social, os quais não dependem necessariamente da hereditariedade. Os interesses políticos, misturados aos econômicos e, sobretudo, a perpetuação no poder são cada vez mais importantes para explicar o comportamento dos indivíduos e dos governantes. Assim, fica explícita que essa situação estamental se desenvolve em sociedades onde as condições econômicas, sociais e políticas¹¹ são frágeis, como acrescenta Faoro:

para explicar a dinâmica do crescimento econômico constitui a peça-chave de *mainstream* microeconômico. Sendo assim, a ação individual de Mobutu como presidente do Zaire poderia ser explicada tendo em vista que grupos particulares controlam a própria ação e as decisões do Estado; o aumento das exportações de minérios tem uma relação direta com o aumento da riqueza particular desses grupos; o aumento da miséria e da pobreza correlaciona-se diretamente com a apropriação da renda por parte dos grupos políticos e com seu elevado grau de arbitrariedade. Neste ambiente, diante da ausência de aparato institucional capaz de repensar o papel e a função do Estado, assim como de reformular e diferenciar os interesses privados e públicos, o Zaire de Mobutu exemplificaria um “Estado estamental corporativo”, onde as estruturas de *rent-seeking* ajudam a explicar sua própria dinâmica acumulativa.

¹¹ No caso do Brasil, a presença de benefícios particulares e políticos levam ao chamado problema de coordenação das políticas do desenvolvimento, porque as oligarquias existentes influenciam as decisões do estado. Por esta razão, a criação de estruturas capazes de impor determinadas

“... os estamentos florescem, de modo natural, na sociedade feudal ou patrimonial. Não obstante, na sociedade capitalista, os estamentos permanecem, residualmente, em virtude de certa distinção econômica mundial, sobretudo nas nações não integralmente assimiladas ao processo de vanguarda...” (p. 62).

Faoro, ao mencionar que o estamento, como forma de dominação tradicional, desenvolve-se nas sociedades feudais ou patrimoniais, argumenta que isso não impede que também possa se verificar na formação histórica da sociedade brasileira, embora não mencione a existência de feudalismo no Brasil, como alguns autores marxistas da época. Para ele (p.62), o Estado patrimonial e estamental corporifica uma forma de dominação que, ao contrário da dinâmica da sociedade de classes, projeta-se de cima para baixo. Todas as camadas sociais, desde artesãos e jornaleiros aos lavradores e senhores de terra, assim como comerciantes e armadores, orientam suas atividades dentro das raias permitidas, respeitando os preceitos determinados pelo controle superior e submetendo-se às regras convencionalmente fixadas¹². Sintetiza Faoro:

“os estamentos governam, as classes negociam. Os estamentos são órgãos do Estado, as classes são categorias sociais (econômicas)”.

Como se sabe, há relativo consenso entre os estudiosos mais recentes da formação da sociedade brasileira quanto à inexistência de feudalismo em sua formação histórica. Nem mesmo instituições feudais, em comparação com a França e a Inglaterra, foram estruturas marcantes ao

características racionais dentro do processo de desenvolvimento torna-se necessária – como exemplo a criação do BNDES, como fonte de financiamento de longo prazo mediante análise de projetos, e não de vontade unilateral do governante (Evans, 1996).

¹² “Juntamente ao rei, livremente recrutada, uma comunidade – patronato, parceria, oligarquia, como quer que a denomine a censura pública – manda, governa, dirige, orienta, determina, não apenas formalmente, o curso da economia e as expressões da sociedade, sociedade tolhida, impedida, amordaçada” Faoro (1979, p.63).

longo da história do Brasil¹³. Essa observação, para alguns autores, é fundamental para explicar por que a revolução burguesa no Brasil se deu através de um processo próprio, diferenciado dos casos "clássicos" das revoluções burguesa francesa e inglesa, onde o desfecho ilustra um confronto entre a burguesia e os defensores das estruturas feudais.

Levando em conta essas observações, podemos indagar como poderiam ter se desenvolvido, ao longo da formação da sociedade brasileira, os mecanismos e estruturas características do Estado patrimonial e estamental, à luz da concepção weberiana de dominação tradicional, se as relações sociais vigentes não se caracterizavam como feudalismo?

2.3. O Estamento e a Influência da Metrópole Portuguesa

Em Faoro, percebe-se que as características institucionais e administrativas da metrópole portuguesa evidenciam, desde as origens do Estado Nacional, a concentração do poder e da riqueza nas mãos do rei e/ou soberano. Assim, este, como detentor e controlador – via dominação tradicional – das forças políticas e econômicas da metrópole, determinava a criação de companhias, distribuía cargos e títulos como privilégios a um *estamento burocrático*. Em nome da nação, voltava-se à obtenção de lucros, para o que contava com a obediência dos subordinados, mesmo que burgueses:

"... O contexto econômico de Portugal, no século XV, obedece a um núcleo ativo, dinâmico, associado ao Estado. Burguesia e domínio territorial estavam domesticados ao mesmo fim, sob as rédeas do soberano" (p. 69).

Segundo Faoro, a dinâmica da economia portuguesa nos séculos XIV e XV não conhecia, em sua teia social, a predominância de estruturas

¹³ Florestan Fernandes, em divergência com Caio Prado Jr., afirma que o senhor de engenho, por exemplo, não possui comportamento empresarial, não é inovador e nem assume risco. Na economia colonial nordestina não havia nem feudalismo nem capitalismo, tampouco uma ordem social competitiva.

agrárias - condição fundamental para assegurar a apropriação do excedente e o poder à nobreza territorial e lhe conferir capacidade para uma pretensão de compartilhar e/ou limitar o poder do soberano. Assim, segundo Faoro (p. 68), o sistema se afastava da concepção tradicional, ajustando-se aos interesses ligados ao comércio, onde há procedência, neste particular, do vínculo entre a economia monetária e capitalismo (embora não necessariamente o capitalismo industrial...):

“... A nobreza cedia todos os seus privilégios ancestrais: no futuro, só lhe restaria, ares cortesãos, despida de arrogância, pedir um lugar no governo, fonte única de poder, de prestígio, de glória e de enriquecimento. Por seu turno, a burguesia, orgulhosa de seus êxitos, sentirá, sem definir uma ideologia própria, que seu papel se reduz a agente do rei, o futuro insigne mercador da pimenta...” (p. 66).

Assim, a associação entre uma nobreza com bem menos privilégios, se comparada aos casos “clássicos” antes mencionados, com uma burguesia¹⁴ sem ideologia própria (ou seja, formada à sombra do estado e muitas vezes avessa à concorrência e às regras liberais de mercado), sustentava o poder absoluto do rei, o que contribuiu para o fortalecimento dos mecanismos e dos arcabouços propícios para a institucionalização do estamento burocrático em Portugal. Em Faoro, fica evidente que o poder do Estado patrimonial, enraizado com este estamento burocrático, associado à situação geográfica de Portugal, foram importantes para as conquistas ultramarinas¹⁵ durante os séculos XV e XVI. Pois, como observa Faoro (p. 67), a geografia, se elevada à causa autônoma, sugeriria aos

¹⁴ “A aristocracia, não aquinhoadada de novas terras, isolada do comércio, precisava de rendosos postos, dentro do estamento. Ceuta foi a solução, a Ceuta cobiçada pela burguesia cosmopolita, centro irradiador do comércio africano, sob os cuidados dos detestados mouros. A decisão cabe ao rei, que, definida a campanha, busca o apoio dos homens do dinheiro, os quais viam na empresa o lucro fácil, pingue, nababesco...” (Faoro, 1979, p.72).

¹⁵ “A proposta da expedição, maduramente pesada e discutida pelo antigo Mestre de Avis, não veio da burguesia nem da velha nobreza. Saiu da cabeça de João Afonso, membro do estado-maior do rei, vedor de sua fazenda, homem que, pelas suas funções, estava em permanente e íntimo contato com a burguesia marítima. O estamento filtra, pondera e tece um plano que daria ao tesouro real grossas compensações...” (Faoro, 1979, p.72).

espanhóis o comando da empresa ultramarina, cujo povo estava ativamente empenhado nas trocas mediterrâneas. Todavia, a centralização tributária precoce de Portugal foi variável institucional não desprezível:

“... O estamento, com o colorido particular que lhe infunde o século XIV zela pela supremacia do poder nacional, poder ao mesmo tempo civil em oposição à nobreza e ao controle do poder econômico. A nobreza perdeu a ampla imunidade fiscal, sujeita que ficou à sisa, o primeiro imposto geral e permanente de Portugal, logo representando três quartos das rendas públicas” (p. 66).

A conjugação de outros fatores, todavia, além dos cais europeus assentados nas costas portuguesas, elegeu Portugal para a aventura ultramarina. Mas, em termos institucionais e organizacionais, o estamento burocrático foi fundamental porque, ao associar o poder estamental aos interesses políticos, econômicos e financeiros advindos das conquistas de então, era quem detinha a força com capacidade de organizar, financiar e usar forças militares nos territórios ultramarinos.

“... O comércio exigia maiores lucros, maiores rendas e maiores vantagens. Comércio, note-se sempre e uma vez mais, conduzido pelo rei, herdeiro do Estado patrimonial, cercado pelo estamento, que discutia razões e objeções...” (Faoro, 1979, p. 70).

Percebe-se que a construção das estruturas coloniais que garantem maiores lucros, rendas e vantagens das conquistas ultramarinas dependia das classes sociais e econômicas como nobreza e burguesia, mas apenas parcialmente, posto que estava fundamentalmente nas mãos de uma força maior: o Estado patrimonial e estamental português:

“O estado atinge a perfeição capaz de lançá-lo ao grande salto, às suas portas desde dois séculos, da expansão no mundo. Somente esta organização política ensejaria, naquela hora, a magna arrancada ultramarina...” (p. 67).

É importante acrescentar, finalmente, que as atividades e conquistas ultramarinas¹⁶ da metrópole portuguesa, como expõe Faoro (p.68), além de imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e social, também o foram para a edificação das “raízes da nacionalidade, donde sobe como a seiva para o tronco, mas é como que a linha medular que dá vigor e unidade a toda a sua história”. Nesse contexto, podemos acrescentar que a influência da estrutura institucional portuguesa – Estado patrimonial e estamental – foi para Faoro determinante, mesmo sujeita às transformações ao longo do tempo, para a constituição, no Brasil, de características similares:

“... O mercantilismo empírico português, herdado pelo Estado brasileiro, fixou-se num ponto fundamental, inseparável de seu conteúdo doutrinário, disperso em correntes, facções e escolas. Este ponto, claramente emergente da tradição medieval, apurado em especial pela monarquia lusitana, acentua o papel diretor, interventor e participante do Estado na atividade econômica...” (p. 81).

Por fim, a influência do Estado português pode ser considerada intencional¹⁷, fruto de decisões conscientes e sujeitas a um cálculo racional, com a criação de empreendimentos, órgãos burocráticos e regras por parte dos governantes, tanto na metrópole como nas colônias. Portanto, o estamento burocrático, nesse contexto, traz consigo um sentido histórico e particular, ou seja, foi instituição fundamental para atingir os objetivos das conquistas do Estado patrimonialista e colonial:

¹⁶ “... A mola que orienta o comércio marítimo e a formação territorial é uma só, definida desde a reconquista, inscrita no Estado patrimonial...” (Faoro, 1979, p. 68).

¹⁷ “O infante dom Henrique (1394-1460) não é o pai do comércio e da expansão ultramarinas. Limita-se a dirigir a empresa marítima, racionalmente planejada e racionalmente expandida. Foi a era de dom Henrique: o comércio africano, modelo do futuro comércio ultramarino, patrimônio indalienável da Coroa, reconhecido pelas bulas papais, se empreendeu em duas modalidades: por conta do príncipe ou mediante delegação régia. Não se confunda este sistema com o exclusivismo nacional, nem com o açambarcamento da coroa – o comércio era, na verdade, atividade do Estado, que podia delegá-la ou confiá-la a particulares, mediante concessão de privilégios.” (Faoro, 1979, p.73).

lucros financeiros, expansão e defesa territorial - condições para o poder do soberano – eram ao mesmo tempo as bases do poder do próprio estamento¹⁸.

3. Florestan Fernandes, Revolução Burguesa e Estamento

Florestan Fernandes foi desde cedo extremamente preocupado com a metodologia de pesquisa nas ciências sociais, tendo escrito vários estudos epistemológicos, como *Fundamentos Empíricos da Investigação Sociológica* (1959). Seu rigor evidencia-se, dentre outras razões, por defender uma metodologia alicerçada em pesquisas empíricas, crítica e avessa a generalizações apressadas e a deduções *a priori*. Em sua obra, nota-se a influência tanto de como Marx como de Max Weber, além da chamada “Missão Francesa” na USP, intelectuais que contribuíram para a iniciação do ensino e da pesquisa em ciências humanas nessa instituição.

Florestan Fernandes, apesar de reconhecer a influência de Caio Prado Jr. em sua obra e na história do marxismo brasileiro, não concorda com sua tese segundo a qual o capitalismo nasce no Brasil com a próprio empreendimento colonial, já que este se circunscreve ao circuito internacional do capital mercantil. Menciona que “senhor de engenho” não era inovador, nem feudal e nem capitalista, além da ausência nele de um comportamento empresarial e voltado à ordem competitiva. Entende que a revolução burguesa no Brasil foi resultado de um processo que se desenvolveu lentamente, mas nem por isso menos efetivo quanto a seu sentido e desfecho: a consolidação das relações capitalistas e a consolidação do poder burguês. Todavia, assinala a existência de

¹⁸ “A realeza, para garantir a posse da conquista, constrói, como o fez nos primeiros tempos da formação nacional, fortalezas militares destinadas a garantir a posse efetiva das novas terras e assegurar a regularidade dos resgates. No ultramar voltam a encontrar-se o colono, o militar, o mercador e o missionário. Ao lado do forte crescem, paralelas, a feitoria comercial e a igreja. Portugal crescia, assim, pela ocupação militar, pela exploração mercantil e pela evangelização – constantes da história ultramarina” Faoro (1979, p. 75).

empecilhos¹⁹ para a construção de uma ordem competitiva a qual, por outro lado, representa ambiente propício para a expansão e permanência de estruturas estamentais. A vinda da corte portuguesa para o Brasil contribuiu para que o processo de independência se desse como uma alteração política que não decorreu imediatamente de causas econômicas endógenas, contribuindo para a permanência de instituições coloniais arraigadas, pois não houve ruptura drástica com a velha ordem²⁰. E afirma que:

“Baseados na evidência fornecida pelos fatos, que atestam a persistência daquela ordem social de forma inabalável, e na inexistência de mobilização das massas para a luta política, concluem que a independência representou uma transição política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança”, Fernandes (p. 31).

Sem permitir metodologicamente a generalização e influenciado pela abordagem weberiana de ação racional e intencional, Florestan procurava analisar e reconstruir – através de fundamentos empíricos – tipologias para captar fatos mentais (supra-históricos), mas inseridos em uma situação concreta (Marx), este representando uma síntese entre objetividade e abstração. Nesse contexto, Florestan afirma que a revolução burguesa no Brasil é um processo que se construiu ao longo do tempo, sem rupturas abruptas, onde, “sem negar a ordem social imperativa na sociedade colonial e reforçando-a, ao contrário, as referidas elites atuaram revolucionariamente²¹ ao nível das estruturas do poder

¹⁹ Por exemplo, a ausência de uma classe burguesa estruturada e forte é considerada um dos mais importantes empecilhos existentes que afetam a transição das características patrimoniais para a ordem competitiva.

²⁰ “Na fase de transição, as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como ‘meio’ e ‘fim’, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o ‘fim’ de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos ‘interesses internos’ com que elas se identificavam”, Fernandes (1981, p. 34).

²¹ “O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela

político, que foram **consciente** e **deliberadamente** adaptadas às condições internas de integração e de funcionamento daquela ordem social" (p. 32).

No entanto, para Florestan, tanto a abertura dos portos brasileiros em 1808 quanto a independência do Brasil em 1822 representam dois acontecimentos que balizam uma mudança não desprezível na ordem política patrimonialista²², em direção para uma ordem competitiva. Ou seja, sob ponto de vista econômico e político, os dois fenômenos representam, respectivamente, o fim do estatuto colonial e a ascensão de políticos brasileiros para dirigir a nação. Florestan reforça que, com a Abdicação, em 1831, e o fim do regime de escravidão, em 1888, além da proclamação da república, em 1889, venceram-se empecilhos para que houvesse o predomínio da ordem competitiva, mas o processo foi gradual – sem a negação da existência dos preceitos estamentais no cerne do Estado brasileiro.

Nesse sentido, Florestan destaca que o processo de Revolução Burguesa no Brasil não se assemelha com os “caos clássicos”; se é verdade que as relações capitalistas tendem a se universalizar, a forma com que o processo concretamente ocorre em cada nação não é igual, pois cada qual tem suas peculiaridades históricas e institucionais; sinteticamente: cada nação constroi sua própria história, e por isso a ordem capitalista e competitiva, em certas circunstâncias, pode coexistir com o patrimonialismo e com a sobrevivência de estamentos.

3.1. Estamento em Florestan Fernandes

adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional”, Fernandes (1981, p. 32).

²² “...A dominação patrimonialista vinculava, ao nível da sociedade global, os interesses e as formas de solidariedade dos estamentos senhoriais à constituição de um Estado nacional independente e à ordenação jurídica-política da nação.”, Fernandes (1981, p. 55).

Florestan, como vimos, ao abordar a transição das estruturas patrimonialistas para uma ordem competitiva, afirma que o processo se deu de forma gradual. Admite, sem dúvida, a existência, concomitantemente, de relações sociais antagônicas, mas que foram fundamentais para explicar o processo particular de revolução burguesa no Brasil. Nesse sentido, ao destacar o fim do estatuto colonial e a evidência de elementos empíricos que reforçam o comportamento capitalista, mostra que, no caso brasileiro, a nação é organizada a partir de “dentro” e/ou do “velho”, elementos que contribuem para a manutenção de um o lado conservador na transição. Por exemplo: a manutenção da grande propriedade e do trabalho escravo ao longo do século XIX, e a influência no poder, após a proclamação da república, de grupos políticos e econômicos simpáticos à manutenção do império; e, por fim, a manutenção e, talvez, a expansão da sociedade estamental, em análise bem próxima ao “estamento burocrático” de Faoro:

“O elemento conservador evidencia-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao fortalecimento de uma nação”, Fernandes (p. 33).

Assim, a ausência de rupturas e a manutenção de algumas estruturas coloniais tornaram-se condições propícias para o desenvolvimento de arcabouço institucional, nas estruturas do Estado, alicerçado no patrimonialismo, onde a não diferenciação dos interesses privados dos interesses públicos coexiste com a lógica capitalista de acumulação e, ao mesmo tempo, reforça o grau de acomodação da dinâmica competitiva. Mas, Florestan, assim como Faoro, deixa transparecer que o estamento é um fenômeno que está relacionado com a estrutura institucional desenvolvida ao longo da colonização portuguesa, mesmo sendo

autorreforçado por grupos de “dentro” após da independência nacional²³.

“A dominação senhorial traduzia um **estilo estamental de pensamento e de ação**, mas não integrada a visão do mundo e a organização do poder dos agentes, como e enquanto membros de estamentos dominantes” (p. 41).

Com isso, o autor reforça que o estamento, mesmo sendo empecilho à transição para uma ordem competitiva plena, não constitui, por si só, um obstáculo para a revolução burguesa, pois tem capacidade de acomodação e de adaptação às circunstâncias históricas.

Enfim, tudo sugere que para Florestan Fernandes, o Estado patrimonial e estamental resultou de um longo processo histórico que remonta à expansão capitalista das conquistas ultramarinas. Este em parte representou empecilho na transição para uma estrutura dinâmica capitalista moderna, mas, por outro lado, é fundamental para explicar a própria dinâmica de acomodação no cerne da revolução burguesa no Brasil. E, ao contrário de Faoro, deixa dúvida quanto à consciência em torno deste marco da formação histórica brasileira: “*O presente (estrutura estamental) e o futuro (capitalismo) estão contidos, na mesma escala, nas opções históricas, **conscientes ou não**, que ficam por trás da absorção de um padrão de civilização* (p. 49).

4. Conclusão

A aproximação, mesmo limitada, entre Raymundo Faoro e Florestan Fernandes, na abordagem sobre estamento e patrimonialismo traz um elemento que tem sido pouco explorado por seus críticos e analistas.

²³ “A estrutura do patrimonialismo permanecia a mesma, pois continuava a manter-se sobre a escravidão e a dominação tradicional. O aparecimento de um Estado nacional, a burocratização da dominação senhorial ao nível político e a expansão econômica subsequente à ‘Abertura dos Portos’ colocavam em novas bases, contudo, as funções econômicas e sociais dos estamentos intermediários e superiores”, Fernandes (1981, p. 47).

Mostra que, a despeito de *approaches* diferentes, para ambos estes foram fenômenos que marcaram a formação histórica brasileira e tenderam a nela permanecer, mesmo coexistindo com a ordem capitalista e competitiva. Quanto à intencionalidade do fenômeno, para Faoro fica evidente que a organização das expedições ultramarinas, sendo coordenada e dirigida pelo Estado patrimonial e estamental português, onde o soberano e/ou o rei praticamente monopolizava todas as decisões, tinha o objetivo maior era usufruir das riquezas conquistadas nas colônias. Assim como para Caio Prado Jr., para Faoro a colônia era, para Portugal, “um negócio”. E, como tal, o empreendimento era racionalmente organizado, planejado e executado. A estrutura estamental, assim, entende-se como intencional, fruto de decisão consciente dos governantes: estes precisavam do estamento burocrático para fazer valer seus interesses econômicos e políticos seja na metrópole seja na colônia.

A intencionalidade na instituição do estamento, no caso das colônias, está relacionada com a própria expansão ultramarina, a defesa dos territórios conquistados e, por fim, o estabelecimento de uma estrutura que garantisse a manutenção, não só do poder do soberano, mas também, que assegurasse a defesa de seus resultados econômicos e financeiros. Não havia distinção entre o negócio privado do rei e os negócios privados da burguesia mercantil.

Portanto, para terminar, tanto em Raymundo Faoro quanto em Florestan Fernandes é possível observar que a constituição e permanência de um Estado patrimonial e estamental no Brasil, coetâneo à ordem capitalista, dependeu de decisões que, a rigor, representaram projetos conscientes de governantes. Mas Florestan, ao contrário de Faoro, apresenta mais precaução ao afirmar tal consciência, embora também afirme que se trata de “opções históricas”. Mas para ambos o

patrimonialismo ficou arraigado na sociedade brasileira, permanecendo nas instituições até o século XX.

Bibliografia

EVANS, Peter (1986). El estado como problema y como solución. *Desarrollo Económico*, v.35, n. 140, enero-marzo.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo, Zahar, 1981.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder; Formação do Patronato Político Brasileiro*. 7. ed. Porto Alegre, Globo, 1979, 2v.